

## ARTIGO

# ASPECTOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA DURANTE A DITADURA CIVIL- MILITAR BRASILEIRA (1964-1985): VÍNCULOS, MÉTODOS E ESTRATÉGIAS

## ASPECTS OF MODERNIZING AGRICULTURE DURING BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP (1964-1985): LINKS, METHODS AND STRATEGIES

CINTIA WOLFART<sup>1</sup>  
MARCIO ANTONIO BOTH DA SILVA<sup>2</sup>  
MARCOS VINICIUS RIBEIRO<sup>3</sup>

### RESUMO

O artigo aborda alguns dos principais aspectos da política de modernização da agricultura aplicada ao caso brasileiro no período da ditadura civil-militar (1964-1985). Nosso interesse é compreender o produto destas políticas, alguns de seus métodos e desdobramentos ao longo do período em foco. Para tanto, destacamos a atuação das multinacionais via influência direta ou mediada no e pelo Estado brasileiro, bem como algumas metodologias aplicadas em esfera local com destaque para o caso dos Clubes 4-S. Apresentamos e analisamos, também, algumas das estratégias empregadas para o convencimento dos trabalhadores rurais a aderirem ao projeto.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9112-3158>.

<sup>2</sup> Professor do Curso de Graduação e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Pesquisador INCT-Proprietas, pós-doutorando PPGH-UFF e pesquisador Pós-Doutorado Sênior CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6613-1335>.

<sup>3</sup> Doutor em História. Professor do curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Sudoeste, Sede Quirinópolis. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7099-5037>.

**PALAVRAS-CHAVE:** Modernização; Multinacionais; Trabalhadores Rurais.

**ABSTRACT**

The article discusses some of the main aspects about the modernization of agriculture policy applied in Brazilian case during the period of the civil-military dictatorship (1964-1985). Our interest is to understand the product of these policies, some of their methods and developments over the period in focus. Therefore, we highlight the role of multinationals through direct or mediated influence in and by the Brazilian State, as well as some methodologies applied at the local level, with emphasis on the case of 4S Clubs. We also present and analyze some of the strategies used to convince rural workers convincing rural workers to join the project.

**KEYWORDS:** Modernization; Multinationals; Rural workers

---

## **A modernização e seus vínculos**

A estrutura fundiária no Brasil é historicamente marcada pela presença do latifúndio. Desde o período da conquista europeia, a terra não se tornou propriedade de quem trabalhava, mas sempre foi amplamente usada como fator de domínio econômico e político. Serviu a poucos senhores sobre milhões de escravos, parceiros, meeiros, posseiros, boias frias e sem terras. Devido a isso, a paisagem rural brasileira, especialmente no que diz respeito a sua estrutura fundiária, em quase nada foi alterada ao longo do tempo. Assim e no que diz respeito ao trato deste assunto, mais diretamente no que se refere ao desenvolvimento de políticas agrárias por parte do Estado brasileiro, verifica-se que em diferentes épocas históricas estes problemas buscaram ser equacionados por meio da modernização e da tecnificação da agricultura. Embora tenha sido pauta de discussão em diferentes contextos e momentos, a execução de uma reforma agrária efetiva sempre foi preterida em prol dos interesses dos grandes proprietários de terras (BRUM, 1988, pp. 52-53).

A estratégia de tecnificar a agricultura, característica das décadas de 1960 e 1980, aplicada sem alterar o quadro da estrutura fundiária, tradicionalmente chamada de “modernização”, como será demonstrado adiante, teve como objetivo, o aumento da produção e o estabelecimento de condições para o desenvolvimento e expansão da empresa rural capitalista no campo e na cidade. Contudo, experiências voltadas a modernização da agricultura ocorreram em diferentes momentos da história do Brasil, mas foi no período da ditadura civil-militar (1964-1985) em que houve uma maior mobilização de recursos econômicos, políticos e administrativos voltados a garantir a efetiva execução do projeto (ver: MOTTA & MENDONÇA, 2005, pp. 305-309).

Nesse sentido, ainda que não seja possível realizar maiores aprofundamentos, mas devido a sua importância e repercussão, vale ressaltar como exemplo as ações realizadas pelo Estado durante o período Vargas (1930-1945). Trata-se de um momento histórico em que o Estado nacional realizou uma série de esforços voltados a dar novos dinamismos a agricultura brasileira. Destaca-se, por exemplo, a constituição de uma série de escolas, institutos e instituições voltados ao aperfeiçoamento da agricultura e da produção de determinados gêneros, bem como para a formação de quadros técnicos, especialmente engenheiros agrônomos (ver: MENDONÇA, 1998 e 2007). Por sua vez, esse esforço não era algo inédito na história do Brasil, pois na segunda metade do século XIX, especialmente a partir da criação do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, na década de 1860, também é possível localizar a existência de medidas semelhantes (ver: GABLER, 2012). Não obstante, os resultados

dessas experiências, comparativamente aos processos que marcaram o período da ditadura civil-militar, foram mais localizados.

Além disso, os processos que ocorreram entre 1964 e 1985 envolveram de forma bastante inédita, comparativamente a períodos anteriores, um universo todo complexo de articulações, projetos e práticas que interligavam diferentes setores e entidades da sociedade civil brasileira. Inclusive contava com a participação de diversas corporações multinacionais, transnacionais, agências e programas privados e estatais, tais como: Fundação Rockefeller e Ford, Aliança para o Progresso, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Escritório Técnico de Agricultura (ETA), Associação Brasileira Crédito e Assistência Rural (ABCAR), dentre outros. A isso deve-se somar a participação de diversas associações nacionais e internacionais que se opunham fortemente a uma reforma agrária que atendesse os interesses dos trabalhadores rurais (DREIFUSS, 1981).

Em análise recentemente produzida sobre os impactos da “Revolução Verde” na região noroeste do Rio Grande do Sul, Clovis Tadeu Alves (2013), em diálogo com a historiografia sobre o tema, destaca que o processo de modernização da agricultura brasileira foi viabilizado por instituições privadas nacionais e internacionais a partir da década de 1950. De modo especial, esse movimento foi marcado pelo esforço estadunidense para, no contexto da Guerra Fria, estabelecer seu protagonismo mundial em detrimento dos países articulados pela União Soviética, bem como para evitar a expansão do socialismo para outros contextos nacionais.

Articulada a esta atuação de empresas privadas e dos Estados Unidos estava a dos Estados nacionais que aderiram ao projeto da “Revolução Verde” que será mais detidamente apresentada adiante. Nessa linha, Virgínia Fontes (2010), demonstra que, entre as diversas operações efetuadas pelos EUA no Brasil, mesmo antes de fomentar o golpe civil militar de 1964, uma das principais frentes de atuação foi a da expansão dos mecanismos de acumulação demandado pela fase imperialista de exportação de capitais. Por sua vez, o meio rural brasileiro não podia ficar fora desse processo, portanto, era sumamente importante que ele fosse modernizado, capitalizado e industrializado.

Para Leonilde Servolo de Medeiros (MEDEIROS, 2019, p. 215), nos anos de 1950, os grupos dominantes agrários brasileiros, especialmente os organizados na Confederação Rural Brasileira (CRB), propunham que o problema da agricultura no Brasil não residia, necessariamente, na distribuição da terra. Para esta representação patronal, os problemas estavam na “[...] ausência de crédito, condições de armazenamento, transporte e planejamento”. Assim, segundo as análises de Medeiros, os integrantes da CRB entendiam que o cerne dos problemas agrários brasileiros estava localizado nos “métodos de trabalho na terra e de comercialização dos produtos”. Consequentemente, a proposta era a de que deveriam ocorrer reformas de modo a garantir “justa remuneração às atividades rurais e a melhoria das condições de vida do ‘homem rural’, termo genérico que buscava apagar as diferenças de classe”. Em outros termos, para esta entidade e seus representantes, a reforma agrária que havia se tornado bandeira de luta de diferentes movimentos sociais rurais espalhados pelo Brasil, não tinha motivos para existir.

O conteúdo da proposta da CRB que sintetiza o ponto de vista da fração agrária da classe dominante brasileira, na década de 1960, mais precisamente no pós-golpe de 1964, foi incorporado como política de Estado (ver: LINHARES & TEIXEIRA, 1981). Basicamente ela estava focada em três eixos principais: I) a mecanização e incorporação de diferentes insumos; II) expansão do crédito rural e, III) a constituição de novas visões de mundo sobre o universo rural e sobre o trabalho agrícola.

Desse modo, o projeto de modernização desenvolvido e aplicado no período da ditadura civil-militar (1964-1985) esteve voltado a atender os interesses dos grupos economicamente dominantes no cenário brasileiro, pois, em suas articulações (nacionais e internacionais), dava conta de beneficiar diferentes setores da classe dominante, rural e urbana. Assim, por meio da modernização da agricultura objetivava-se garantir o aumento nos índices da produção agrária e proporcionar alternativas para a expansão da empresa rural capitalista no campo, via estabelecimento dos então chamados Complexos Agroindustriais em seus laços com o capital internacional.

Somado a isso, esperava-se que o aumento da produtividade agrícola contribuiria para o desenvolvimento industrial no Brasil. Entre outras coisas, ela deveria garantir preços mais baixos aos itens fundamentais para sobrevivência dos trabalhadores, proporcionando, assim, que os custos da força de trabalho permanecessem a níveis bastante baixos. Do mesmo modo, apostava-se que a transferência de trabalhadores do campo para a cidade, a qual seria consequência da tecnificação do trabalho na agricultura, na ponta do processo, redundaria no aumento do número de pessoas disponíveis no mercado de trabalho (ver: NETO, 1997; SILVA,

1978 e ABROMOVAY, 2007). Por sua vez, todas essas propostas estavam articuladas a uma política de criação de grandes cooperativas mercantis e também de financeirização da agricultura (ver: ADAMY, 2019).

Para Molina e Sanfelice (2018), foi por meio dos mecanismos de financiamento e de logística que este processo se concretizou e alcançou legitimidade, sendo que a sua execução prática e administração ficou a cargo de instituições públicas e empresas privadas que atuavam de forma articulada, em complexa simbiose. Do mesmo modo, também ocorreu interferência do capital internacional constituindo um jogo muito complexo de relações entre o capital nacional e o estrangeiro.

Esse dinâmico sistema de interrelações, segundo Octavio Ianni (2004), redundou em um plano de desenvolvimento “desigual e combinado” que buscou articular as diferentes regiões do Brasil em suas especificidades e promoveu formas para o livre curso dos fluxos de capital, expansão e incorporação de tecnologias, desenvolvimento de mercados para os gêneros e mercadorias produzidas, bem como para o fluxo de pessoas e ideias. Em relação a este último quesito, vale destacar que um dos eixos em que o projeto de modernização da agricultura estava sustentado, que tinha como foco dar a ele a legitimidade necessária para seu funcionamento “azeitado”, era o do convencimento.

Quanto a isso, coube a educação e ao treinamento dos homens e mulheres do campo, especialmente os jovens que viviam no universo rural, um papel sumamente importante para garantir a eficácia do projeto de modernização da agricultura. Nesse âmbito, no contexto da atuação de entidades da sociedade civil organizada, destaca-se as ações realizadas pela Associação Internacional Americana (AIA). Entidade que, como

demonstra Claiton Marcio da Silva (SILVA, 2013, p. 171), ocupou papel importante ao buscar, via instrumentos de assistência técnica e financeira, “transformar o mundo à imagem e semelhança dos Estados Unidos”. Nesse mesmo sentido, os estudos de Sônia Regina Mendonça (2010), sobre a relação da extensão rural e a hegemonia norte americana no Brasil, demonstram o quão intenso foi o papel exercido pela extensão rural no processo aqui em tela.

Nesse contexto, a partir da ditadura civil-militar-empresarial (DREIFFUSS, 1981), ocorreu a intensificação das iniciativas públicas e privadas voltadas ao treinamento de extensionistas e líderes rurais. Pessoas que deveriam atuar em esfera local com o fito de proporcionar um melhor acolhimento das mudanças então em curso. O principal escopo deste treinamento foi destinado à preparação de métodos de extensão rural e economia doméstica. Concomitante a estes temas, o incentivo ao crédito supervisionado juvenil e orientado, bem como os financiamentos voltados para a introdução do pacote tecnológico (Ver: ALVES, 2013 e BRUM, 1988), formavam um complexo de medidas direcionadas ao estabelecimento de uma nova racionalização do trabalho agrícola. Por seu turno, como é característico dos processos de modernização, essa “nova racionalidade” era apresentada como a alternativa mais eficiente para a superação do “atraso” em que a agricultura brasileira há longo tempo estava submersa.

Segundo Brum (1988) e Alves (2013), a atuação dos Estados Unidos no Brasil, no que se refere à modernização da agricultura, foi aprofundada por meio dos princípios ideológicos do programa denominado “Revolução Verde”. Esse programa foi patrocinado e financiado pela Fundação



Rockefeller e direcionado para a área da agricultura no âmbito da atuação da “Aliança para o Progresso”.<sup>4</sup> Suas ações desenvolveram experiências em áreas da tecnologia agrícola, por exemplo: em genética vegetal, com a finalidade de criar e multiplicar sementes selecionadas, principalmente de trigo, arroz e milho, para diversos solos e climas. Selecionavam-nas com o objetivo de torná-las mais resistentes a doenças e pragas, implicando transformações nas tecnologias e práticas de trabalho no campo.

A “Revolução Verde” não pretendeu alterar o princípio da propriedade privada. Ao contrário disso, proporcionou ganhos consideráveis para a produção agrícola, pela modificação das relações de trabalho, via introdução de novas técnicas de produção, insumos e maquinários, implicando diretamente no aumento da produtividade. Em consequência, isto era usado como justificativa para questionar as propostas de reforma agrária então em pauta. Do mesmo modo, para colocar em questionamento as mobilizações e movimentos que existiam espalhados país afora e que tinham como mote questionar os altos índices de concentração fundiária existentes no Brasil.

Alguns estudiosos desse processo, tem demonstrado que ele foi influenciado pela mudança de concepção no interior das disputas entre as frações de classes que se acomodavam na direção do Estado brasileiro. Essa

---

<sup>4</sup> A “Aliança para o progresso” foi um projeto organizado durante a gestão John F. Kennedy nos Estados Unidos para alinhar e entrelaçar os interesses das multinacionais e corporações transnacionais ao desenvolvimento e ampliação dos interesses do projeto capitalista. Procurou, então, integrar os países da América Latina nos aspectos político, econômico, social e cultural pelas preocupações com a difusão do “comunismo” no contexto da Guerra Fria e principalmente depois do estreitamento dos laços de cooperação entre a URSS com a Revolução em Cuba. Tratou-se de um instrumento ideológico interligado, de verdadeiro combate ao comunismo.

mudança, fragilizou os setores antagônicos, representados por aqueles grupos ou entidades que estavam envolvidos na luta pela terra (camponeses sem terras, sindicatos, partidos, movimentos sociais, etc.). Do mesmo modo, aprofundou a sanha pela acumulação e especulação dos latifundiários brasileiros. (IANNI, 1986; 2004); (MEDONÇA, 2013); (STEDILE, 2012).

Além disso, ela também repercutiu na expropriação e expulsão de um sem números de pessoas do campo, as quais passaram a constituir movimentos migratórios com fluxos campo-cidade ou campo-campo, seja de maneira autônoma ou movidos por algum projeto de colonização desenvolvido pelo Estado. Tudo somado, repercutiu no acirramento dos conflitos no campo, no aumento da violência, mas também no fortalecimento ou na constituição de ações organizadas que passaram a questionar os processos então em curso (Ligas Camponesas no norte e no nordeste do país, Trombas e Formoso no Centro-Oeste, revolta de Porecatu no norte do Paraná, constituição de movimentos sociais como o MASTER no Rio Grande do Sul e o MASTRO no Paraná, Revolta dos Possesiros no Sudoeste do Paraná, dentre outros).

No que diz respeito aos fluxos migratórios e sua relação com a “política de modernização da agricultura brasileira”, segundo Sonia Regina de Mendonça (2006, p. 73), um e outro estão intimamente relacionados e foram vertidos em favor da concentração fundiária e da reorganização do latifúndio improdutivo, uma vez que

Além de colonizar as fronteiras em favor do grande capital – nacional e estrangeiro –, abrindo brechas para a expansão do latifúndio improdutivo em maior escala que os projetos agropecuários de colonização, a política de “modernização” da agricultura brasileira,

perpetrada pelos governos militares a partir dos anos de 1960, pautar-se-ia por mais de uma diretriz; a farta concessão estatal de créditos e subsídios seletivamente direcionados para a agricultura patronal, tendo em vista disseminar tecnologia e privilegiar produtos de exportação ou vinculado a programas energéticos (Proálcool, por exemplo).

No plano social, tratou-se, também, da contenção à possíveis contestações (representadas, por exemplo, pela atuação das Ligas Camponesas), que pudessem ocorrer ao constructo do projeto hegemônico. Contextualmente, é importante lembrar a anteriormente mencionada presença da alternativa socialista, que ganhou cores bastante particulares no contexto dos países da América Latina com o processo revolucionário cubano iniciado em 1959. Segundo Brum (1988), os liberais procuraram proteção na “Revolução Verde” em oposição a “Revolução Vermelha”. Em grande medida, os termos dessa proteção foi o de conservar a estrutura da grande propriedade improdutiva intacta, além de retroagir o conflito agrário no campo em favor dos latifundiários.

Todavia, as resistências a esse processo foram muitas e não podem ser restringidas aos movimentos políticos e sociais, duradouros ou conjunturais. Para avançar em direção a novas formas de expropriação, o projeto de modernização da agricultura também se deparou com as reações camponesas. Com aquelas formas de oposição que James Scott (2013) tem chamado de “resistência cotidiana”, as quais historicamente têm se demonstrando muito eficientes nas lutas sociais e políticas em que os grupos camponeses, coletiva ou individualmente, estão envolvidos. Essas resistências encontram-se circunscritas a um espaço de interações que, entre outras coisas, rejeita alguns dos princípios característicos da racionalização capitalista. Por isso, no contexto da modernização, para as comunidades camponesas, resistir foi, antes de tudo, uma forma de manutenção dos seus

modos de vida tradicionais, suas formas particulares de lidar com a terra, com o trabalho e, também, com a propriedade. Segundo Abramovay (ABRAMOVAY, 1990, pp. 103-106):

[...] a racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida. [...] vida em comunidade, vínculos personalizados não só entre os indivíduos em geral, mas entre agentes sociais com lugares antagônicos na hierarquia social, regras coletivas, determinantes do uso dos fatores produtivos e do consumo, mais que um tipo econômico, o camponês representa, antes de tudo, um modo de vida.

[...] A ideia de produção simples de mercadorias exige a constituição de um mercado competitivo que se encarrega de imprimir aos produtos um selo social (seus preços) pelos quais são reconhecidos como partes alíquotas da divisão do trabalho. O funcionamento deste mercado supõem laços impessoais entre os agentes econômicos (condição fundamental para que o trabalho social se distribua de maneira não planejada entre os diferentes ramos da produção) em um nível de agilidade e integração entre os diferentes mercados que justamente não se encontram no ambiente característico das sociedades camponesas, fortemente marcado por vínculos pessoais, hierárquicos e pela fusão das operações mercantis com esferas não estritamente econômicas da vida.

Portanto, agências e agentes do processo de modernização atuaram para dirimir estas resistências, mas também integrar esses sujeitos aos circuitos do capital. A iniciativa orgânica mediada pelo Estado brasileiro, procurou modernizar a agricultura criando condições para a ampliação dos mercados, e conseqüente afirmação das áreas de influência estadunidense, já que, parcela significativa dos capitais aplicados neste processo eram oriundos daquele país. De forma geral, a “Revolução Verde” atendeu aos interesses das multinacionais, de empresas ligadas e/ou patrocinadas pelas

fundações Rockefeller e Ford, que inclusive eram integrantes do projeto “Aliança para o Progresso”.

Esses grupos criaram as condições para dinamizar e realizar o projeto de modernização da agricultura na América Latina, seja via difusão de associações e institutos como a (AIA) e o *International Basic Economy Corporation* (IBEC), ou pelos acordos com agências especializadas nacionais e internacionais. Segundo Arapiraca:

É multivariado o número de agências internacionais prestadoras de assistência técnica ou ajuda aos países subdesenvolvidos. A grosso modo, poderemos caracteriza-las em dois grupos maiores para efeito de estudo: a) aquelas cuja ação se dá multilateralmente, como a ONU, que comanda uma série de agências específicas, como é o caso da CEPAL, UNESCO, OIT, PNUD, OMS, et.; a OEA; o Movimento Mundial das Igrejas; o Lyons Club; o Rotary Club; b) outras, cujas atividades são reguladas por acordos bilaterais de cunho privado, como é o caso da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford. Afora essas, existem ainda os sistemas de ajuda prestados diretamente pelos governos nacionais através de suas agências especializadas, como é o caso da USAID, a Aliança para o Progresso e do Corpo da Paz dos Estados Unidos, a CIDA do governo canadense e tantas outras. Existem, ainda a BIRD e o BID, essas mais ligadas ao setor financeiro, sendo que o BIRD tem abrangência mundial e o BID se restringe às Américas (ARAPIRACA, 1979. p. 95).

Em suas análises sobre os vínculos internacionais e associados da política de modernização da agricultura, Arapiraca dimensionou a influência das entidades privadas no âmbito das políticas estatais direcionadas ao meio agrícola. Neste sentido, o autor demonstra que, O *United States Agency for International Development* (USAID), atuou como extensão dos interesses empresariais estadunidenses, também, no campo da educação. Não é demais lembrar os acordos estabelecidos entre o Ministério da Educação e

Cultura (MEC) e a agência USAID que, dentre outras coisas, foi responsável tanto pela ampliação do referido projeto, quanto à adesão da educação brasileira ao modelo americano. Foram dois grandes acordos (1965 e 1967) assinados entre o MEC, à época do ditador Humberto Castello Branco, e a USAID, que, entre outras coisas, importava o modelo estadunidense de ensino superior para o contexto brasileiro. Vale ressaltar que, devido a seu caráter tecnicista e privatista, estes acordos foram objeto de críticas contundentes na época de sua implementação (Ver: ALVES, 1968 e GOERTZEL, 1967).

Nesse processo, entre os anos de 1943 a 1965, o grupo Rockefeller patrocinou projetos-pilotos em determinados países, entre os quais o México, as Filipinas, o Brasil, além do próprio Estados Unidos, para a produção de experiências com alguns produtos agrícolas. Tratou-se de ações voltadas para o desenvolvimento da infraestrutura da produção, sobretudo em relação ao uso de sementes, adubos e equipamentos para a ampliação da assistência técnica e orientação do crédito rural (BRUM, 1988, p. 44-45).

O programa que teve maior atuação no Brasil foi o ponto IV. Tratou-se do programa de cooperação técnica internacional entre os Estados Unidos e os países latino-americanos proposto pelo presidente estadunidense Harry Truman em 1949 (MENDONÇA, 2007). A partir desse programa, os Estados Unidos passaram a interferir na América Latina sob a premissa de “cooperação” aos países subdesenvolvidos visando à melhoria de vida e das condições de trabalho dessas populações. A “ajuda” em larga escala passou a ser executada pela *Technical Cooperation Administration* (TCA) que fundou outras instituições para gerir esse

processo, tais como: *Foreign Operations Administration* (FOA) e a *International Cooperation Administration* (ICA).

A *International Cooperation Administration* (ICA) iniciada em 1955 na América Latina, por exemplo, ofereceu bolsas de estudos para extensionistas se especializarem tanto nos Estados Unidos, quanto no Peru e custeou, atividades de treinamento para produtores rurais, ensino técnico e formação de professores (MOTTA, 2010). Além disso, especialistas dos Estados Unidos, por intermédio do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos, bem como pela *Communications Media Office* da *United States Operations Mission to Brasil* orientavam cursos de treinamento intensivo de técnicos dos Escritórios Técnicos de Agricultura no Brasil.

Segundo Fernando Santomauro (2015), outra instituição que teve grande atuação nesse contexto de intervenção estadunidense no Brasil foi a *United States Informations Service* (USIA), criada em 1953, nos Estados Unidos. Esse serviço de informações executava atividades de radiodifusão, e propagação de filmes “educativos”, para os países da América Latina. Tratava-se, de um instrumento que, por um lado, objetivava construir uma imagem positiva da intervenção dos Estados Unidos nos países “subdesenvolvidos”, e, por outro, procurou estabelecer uma imagem negativa do comunismo no contexto da Guerra Fria. Para uma ideia da capilaridade e da regularidade desse tipo de ação, em um relatório da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA), de 1965, encontramos a seguinte referência:

Quanto ao setor de projeções cinematográficas, pouca coisa foi realizada, decorrente da falta de filmes 16 m/m no mercado. A filoteca da ACARPA conta com cerca de 40 filmes remanescentes do antigo ETA projeto 15, que devido ao uso, já

se encontram quase que inutilizados, além de serem vistos pela população rural. Temos emprestado da filмотeca da USIS (*SIC*) e outros serviços de divulgação (Shell, Bayer, Du Pont, etc.) que nos tem auxiliado com este meio de informação massal (*sic*). (ACARPA, 1965)

Quando Nelson Rockefeller visitou o Brasil, ainda nos anos de 1940, fundou três empresas vinculadas ao seu grupo: Cargill, Agrocerees e a Empreendimentos Agrícolas (EMA). As suas perspectivas estavam atreladas ao aceleramento do desenvolvimento, a ampliação da produção para o atendimento da demanda urbana por meio da modernização da agricultura, além do emprego de técnicas e máquinas agrícolas.

Esta aproximação diplomática do megaempresário incentivou o incremento de corporações no país. É o caso da Cargill, cerealista multinacional cujo presidente era John MacMillan, Jr.<sup>5</sup> De acordo com Brum (1988), a Cargill, naquele contexto, estava ligada a comercialização internacional de produtos como cereais e fabricação de rações. Sobre a capilaridade e expansão almejada por estas empresas, no site da Cargill, consta a seguinte avaliação:

A entrada na América do Sul se deu de forma incomum para a Cargill desde o início. A IBEC (International Basic Economy Corporation), empresa formada por Nelson Rockefeller para

---

<sup>5</sup> A família Cargill é uma das mais ricas famílias do mundo e a maior corporação de propriedade privada nos Estados Unidos. John Jr. foi o terceiro presidente da Cargill, lutou na França durante a Primeira Guerra Mundial, realizou desenhos de estruturas para mudar a movimentação das colheitas e armazenamento. Realizou suas próprias experiências a fim de criar uma fonte de nutrição à base de soja para consumo humano. Ele também produziu várias patentes para diversas indústrias, inclusive novos métodos de construção civil, uma hélice aquática mais eficiente e até mesmo o redesenho de uma embalagem de cigarros. durante seu mandato como presidente, a empresa alcançou US\$ 1 bilhão em vendas pela primeira vez na história. Disponível no site da Cargill: [http://www.cargill.com/150/pt\\_br/BP\\_LEADERSHIP-JOHN-JR.jsp](http://www.cargill.com/150/pt_br/BP_LEADERSHIP-JOHN-JR.jsp) acesso em abril de 2016



elevant o padrão de vida através dos negócios, procurou John Jr. buscando uma parceria. John Jr. agarrou a oportunidade, pois percebeu a chance de estabelecer uma presença formal na América do Sul. Juntos, eles criaram a Cargill Agrícola e Comercial S.A. (CACSA).

Com essa nova empresa, os parceiros começaram a trabalhar a fim de solucionar um problema antigo para os agricultores brasileiros: a perda da lavoura de milho causada por armazenamento insuficiente. O milho era bastante procurado por sua qualidade nutritiva, mas também porque sua moagem produzia uma variedade de produtos, desde amidos a melados para a indústria têxtil. No intuito de proteger a colheita e facilitar o transporte, a CACSA construiu dois elevadores de grãos (um em Ourinhos, São Paulo, e outro em Arapongas, Paraná). Essas estruturas ofereceram um amplo espaço de armazenamento aos agricultores, permitindo a proteção de suas colheitas contra a ação de gorgulhos e outros elementos de deterioração, além da possibilidade de retardar a venda até os preços subirem (Histórico: CARGILL, Defendendo os agricultores no Brasil. Disponível em:

[http://www.cargill.com/150/pt\\_br/BP\\_AGRICOLA-PROJECT-BRAZIL.jsp](http://www.cargill.com/150/pt_br/BP_AGRICOLA-PROJECT-BRAZIL.jsp)  
acesso em 31 de março de 2020).

No texto da citação é possível localizar o intuito da empresa em interferir na logística da produção, sem qualquer menção direta as possíveis consequências disso na realidade rural que envolvia um contingente expressivo de pessoas. Neste período, embora parcela significativa da população rural exercesse uma infinidade de trabalhos coletivos (parcerias, mutirões, empreitas, etc.), a presença de cooperativas ainda era pouco expressiva. Assim, as grandes empresas estocadoras e cerealistas, pelo poder de conexão que tinham com o mercado consumidor de produtos primários, foram o centro potencializador do chamado “corredor de exportações”.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Vale lembrar que esta possibilidade de comercialização, que nos anos de 1960, mais especificamente a partir da atuação de Delfin Neto à frente do Ministério da Economia da ditadura, foi denominada de “corredor de exportação” “satisfaziam muito bem a

Na prática, essas mudanças também repercutiram em mais um elemento constituinte do processo de expropriação dos trabalhadores rurais. Em suas práticas diárias realizavam elementos de colaboração para a circulação e troca dos produtos de seu trabalho, as quais, a partir desse momento, passaram a ser retratadas e detratadas como pouco eficientes e/ou “atrasadas”.

A Cargill criou outras estratégias para ampliação dos seus interesses no ramo agroindustrial em todo o país. Neste sentido, ocupa lugar de destaque a criação dos campos de demonstrações e experimentações, cujo objetivo era aproximar tecnologia (oferecida pela própria empresa) e pesquisas dos produtores rurais. Nestas atividades, o foco era atuar em meio aos agricultores visando “destraditionalizar” as suas relações de trabalho e produção, mais diretamente aqueles que portavam características coletivistas.

O objetivo era individualizar os processos por meio do emprego dos insumos que faziam parte do pacote tecnológico. Assim, atividades que eram tradicionais e que envolviam a coletividade – a prática do mutirão, por exemplo – passam a ser questionadas pelos agentes da modernização. Eram tratadas como de baixa eficácia, pois demandavam muito trabalho e muito tempo. Em sua substituição poderiam ser usadas máquinas e outros insumos. A realização dessas medidas, por seu turno, também repercutia na expropriação de saberes e conhecimentos que historicamente eram manejados pelas populações rurais brasileiras.

---

ideologia de segurança nacional e sua política integracionista do território brasileiro” (COSTA, 2011, p. 3).

Em síntese, esse é o quadro que pode ser desenhado sobre o processo de modernização da agricultura brasileira ocorrido entre os anos de 1960 e 1980, seus vínculos internos e externos. Trata-se de um fenômeno histórico complexo, que envolve interesses nacionais e internacionais, que está diretamente relacionado as crises e aos desenvolvimentos que o capitalismo conheceu a época. Além disso, contou com a articulação entre o poder público e o privado, via atuação agências estatais e entidades da sociedade civil organizada. No que se refere as populações rurais, principalmente entre pequenos proprietários, sem terras, meeiros, agregados e trabalhadores rurais, ela representou uma série de rupturas e repercutiu em expropriações diversas, tanto dos seus meios de vida, como de saberes, conhecimentos e costumes.

Na sequência, para conhecer a capilaridade desse projeto que, como buscamos demonstrar, envolvia uma complexa rede mundial de acordos, relações e projetos, o objetivo será debater de modo mais aprofundado alguns aspectos referentes ao tema do convencimento. Em outros termos, o foco será discutir algumas das estratégias então utilizadas e que tinham como meta garantir condições para o livre desenvolvimento do projeto de modernização da agricultura. Assim e mais diretamente analisaremos o papel do extensionismo rural, sendo que o foco será a atuação dos Clubes 4-S na região oeste do estado do Paraná.

### **Clubes 4-S: análise da reorganização das relações do jovem com a terra a partir da região oeste do Paraná**

Aqui buscaremos apresentar, ainda que um tanto sinteticamente, o papel exercido pelos Clubes 4-S no processo de modernização da agricultura na região Oeste do Paraná.<sup>7</sup> Esta é uma região eminentemente agrária e na qual os impactos dos processos e projetos apresentados no tópico anterior foram significativos. Do mesmo modo, a presença de Clubes 4-S foi ampla e repercutiu na formação de uma determinada visão de mundo sobre o universo rural e sobre a agricultura, a qual é muito presente até os dias de hoje e, além disso, ainda encontra nas grandes cooperativas locais, gerenciadas como empresas, lugares de difusão e realização.

O trabalho com a juventude rural foi parte da estratégia das Associações de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ASCAR), instituição diretamente envolvida com a modernização da agricultura e que ocupou papel relevante em termos de colocar em prática os princípios que conformavam o projeto descrito no tópico anterior. Uma das estratégias usadas era realizar o treinamento em clubes de reuniões, sendo que nesse universo ocupa lugar de destaque os Clubes 4-S<sup>8</sup>.

Os 4-S foram espaços de trabalho “pedagógico-educativo”, especialmente voltados para as expectativas dos jovens agricultores. A sua matriz é estadunidense (os Clubes 4-H’s que significava *Head, Heart, Hands and Health*, ou seja, Cabeça, Coração, Mãos e Saúde). Os clubes

---

<sup>7</sup> A Região do Oeste Paranaense é uma das dez Mesorregiões do estado. É formada pela união de cerca de cinquenta municípios, entre eles Marechal Cândido Rondon, Entre Rios do Oeste, Santa Helena, Maripá, Medianeira, Foz do Iguaçu, São José das Palmeiras, Palotina, Mercedes, Quatro Pontes, Cascavel, Toledo e Guaraniaçu são apenas alguns dos municípios que compreendem a região em estudo. Para aprofundar as discussões sobre os impactos da modernização da agricultura na região Oeste do Paraná, Cf.: (SMANIOTTO, 2016).

<sup>8</sup> Sobre a presença e atuação dos Clubes 4-S na região em análise, Cf.: (WOLFART, 2017).

desenvolveram trabalhos de articulação teórico-prática da Sociologia Rural estadunidense, e, assim como a Extensão Rural, ambicionavam servir como um elo entre o saber científico e a agricultura, especialmente aquela praticada no âmbito da pequena propriedade, que era considerada como o elo fraco da agricultura brasileira, além do que, era definida como “arcaica”.

A Sigla brasileira (4-S) significava, segundo o estatuto desses Clubes:

Minha **cabeça** para SABER claramente  
Meu **coração** para SENTIR maior lealdade  
Minhas **mãos** para SERVIR mais e melhor,  
Minha **SAÚDE** para uma vida mais sã,  
Para minha família, meu Clube, minha comunidade, minha pátria  
(CETREISUL, Pelotas, 1961, p.15).

Saber, Sentir, Saúde e Servir era uma espécie de síntese dos objetivos a serem alcançados junto aos jovens quatroessistas. Lançava-se, assim, as conjecturas da cartilha do projeto extensionista, mecanismo de difusão das ações de cunho pedagógico-educativo. Para isso, difundia-se, por meio desses clubes, a racionalização da produção, a mão-de-obra qualificada, o controle do tempo de trabalho, disciplina e orientação técnica, mas, também, para a adesão a novas pautas de consumo. Um projeto que, enfim, buscou capturar “corações e mentes” dos jovens associados.

Os jovens rurais foram vistos pela extensão como os principais sujeitos capazes de liderarem e executarem as transformações no meio rural, tais como a substituição da agricultura de subsistência por uma “agricultura modernizada”, mecanizada e geradora de altas taxas de produção e acumulação capitalista. Paradoxalmente, o modo de vida tradicional dos produtores rurais foi apresentado como principal premissa de impedimento para a modernização. Assim, segundo a leitura dos agentes de

modernização articulados e fomentadores dos Clubes 4-S, a troca geracional no campo, ou seja, a transformação dos jovens em principais condutores da modernização, era o caminho para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, mitigando as possíveis resistências ao projeto. Essa orientação está presente no relatório do Escritório Técnico de Agricultura:

Há de se convir, contudo que não é fácil conseguir-se a alteração das atitudes, principalmente em pessoas adultas, particularmente no ambiente rural, onde o tradicionalismo primitivo, longe de ser simplesmente conservador é na realidade profundamente rotineiro.

Por isso, dedica a extensão rural especial atenção à educação da juventude, eis que a mentalidade da criança ou do adolescente é essencialmente moldável e suscetível a aprender com muito maior facilidade [...].

Tendo por objetivo geral, orientar a atividade da juventude rural no sentido do seu **adestramento** e compreensão para trabalhar coletivamente em benefício de sua família e de sua comunidade, criou o escritório técnico de agricultura – Projeto nº 15, um projeto específico denominado “programa do Clube 4-S”, eis que essa designação está sendo adotada em todo o país, cujo planejamento, por parte dos escritórios locais, ocorreu, para o ano de 1958, nas seguintes proporções: programas de Clubes 4-S... 4 escritórios.” (Relatório ETA Projeto 15, Curitiba, 1957 – Grifo nosso).

Esses Clubes foram um dos principais recursos da extensão rural para a mudança dos costumes locais, ponto fundamental para solapar as possíveis resistências ao projeto da modernização. Para tanto, o “adestramento” e “doutrinação” da população do meio rural foi direcionada aos jovens rurais, já que, em muitos casos, os “mais velhos” não concordavam e/ou resistiam à presença dos técnicos imbuídos de gerenciar a modernização. Mas também, para introduzir outras técnicas de

agricultura, e uma possibilidade, para o desenvolvimento do “espírito associativo”, segundo a cartilha dos clubes 4-S (GRUPOS E CLUBES, ABCAR, 1962).

Efetivamente, os principais apoiadores deste projeto de instrução agrícola modernizada à juventude foram empresas, tais como: Cargill, Ford Motors, Shell, e Agrocere<sup>9</sup>, *Singer Sewing Machine Company*, além de bancos nacionais e internacionais. Do mesmo modo, o Estado estava diretamente envolvido no projeto,

Os anos de 1960-61 serão lembrados pelos Clubes da Juventude Rural como os anos em que várias forças se congregaram para apoiar o jovem rural. Durante estes anos de importância vital para os Clubes, associações cívicas, fundações internacionais, bancos e governos nacionais formaram fortes consórcios visando o melhoramento da vida rural, pela assistência ao trabalho dos Clubes da Juventude Rural [...].

[...] No Brasil, onde o trabalho dos Clubes 4-S foi introduzido em apenas dois ou três Estados, em 1959, o programa já se difundiu em doze Estados e o país apresenta um aumento global de 55%. Foi estabelecido como meta, nesse país, quadruplicar em 1965 o seu atual número de sócios que atinge à cifra de 4.060. Com os escritórios de Extensão Agrícola funcionando em 12 Estados, espera-se que os resultados excedam à expectativa (FORD MOTOR COMPANY, 1962, p. 05).

A construção de uma memória sobre os Clubes, considerando a juventude como o principal canal de comunicação entre extensão rural, método de extensão e os saberes do universo rural, visou escamotear o

---

<sup>9</sup> Segundo Claiton Márcio da Silva, os brasileiros Gladstone Drummond e Adylio Vitarelli, e os norte-americanos John Ware e o primeiro diretor da AIA no Brasil, Dee William Jackson, estiveram envolvidos na fundação da Agrocere em 1945. SILVA, Claiton Márcio da. *Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946-1961*. Hist. cienc. saúde-Manguinhos vol.20 no.4 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2013.

processo representado pelo modelo tradicional de prática agrícola. Inclusive, houve certo esforço de construir a história dos Clubes, a qual tentava suplantar, silenciar e até mesmo refundar a história da agricultura tradicional, para estabelecer certa história oficial direcionada à “modernização”, inclusive com uma linguagem adaptada ao senso da juventude (SOUZA, 2003); (SILVA, 2002); (GOMES, 2013).

Havia uma ação integrada entre o serviço de extensão rural, Clubes 4-S, sindicato, cooperativas, Igreja e empresas de máquinas agrícolas. Os 4-S, portanto, tinham vinculações mais amplas com o capital privado, além de receberem financiamento do Ministério da Agricultura. Na mesma linha, contavam com recursos como as taxas dos associados, e, também, com recursos dos bancos públicos e privados, como BNCC, banco do Brasil e firmas locais.

A ação integrada dos clubes com as agremiações da sociedade civil pode ser visualizada durante as festas e exposições comunitárias, as quais também tinham um sentido educativo. Esses eventos agregavam inúmeras pessoas da comunidade local e regional. Os articuladores dos clubes apresentavam suas propostas para a modernização da agricultura. Além disso, eram locais de negócio, espaços destinados a aquisição de linhas de créditos e até maquinários. Dessa forma, funcionavam de maneira muito parecida com os campos de demonstração e experimentação como aqueles organizados pela Cargill, anteriormente apresentados. Contudo, com a diferença de que eram os chamados “jovens rurais”, integrantes dos Clubes 4-S, que exerciam o papel de protagonistas nestas atividades.



FIGURA 1: Exposição Clube 4-S (Mercedes/Paraná, 1970)

Fotografia 1: Missa de abertura da Exposição	Fotografia 2: Desfile da Exposição
	
FONTE: Fotografia Disponibilizada por Fraia Fidler, líder do Clube 4-S União Mercedino e Progresso de Mercedes. 1970. Evento: exposição dos Clubes 4-S.	FONTE: Fotografia Disponibilizada por Fraia Fidler, líder do Clube 4-S União Mercedino e Progresso de Mercedes. 1970. Desfile dos Clubes de Mercedes com demonstrações de máquinas agrícolas.

Nessas imagens, que retratam a exposição organizada pelo Clube 4-S do distrito de Mercedes-PR,<sup>10</sup> no ano de 1970, o número expressivo de participantes indica a importância desses eventos na esfera local e sua capacidade de atingir uma quantidade significativa de pessoas, além dos integrantes diretos dos Clubes. No mesmo sentido, indicam como as exposições também eram utilizadas como meios para propagandear os itens que faziam parte do pacote tecnológico da modernização. Geralmente ocorriam desfiles e apresentações em que insumos, maquinários e algumas marcas ocupavam lugar de destaque atraindo os olhares dos participantes.

<sup>10</sup> Na época Mercedes era distrito do Município de Marechal Cândido Rondon/PR.

Do mesmo modo, bancos, igrejas, prefeituras, políticos, religiosos, professores, técnicos agrícolas, agrônomos, empresas locais, cooperativas e um sem número mais de entidades e instituições se faziam presentes e aproveitavam os espaços das exposições para se apresentar, vender seus produtos ou angariar apoio popular. Além disso, respaldavam os eventos e os conteúdos que difundiam.

Uma das marcas que mais se fazia presente em tais atividades era a multinacional Massey Ferguson, geralmente representada por sua revendedora local, a empresa Camagril, sediada no município de Cascavel-PR, mas que tinha (e matem atualmente) atuação em quase todos os municípios da região. O trator foi um dos itens do pacote tecnológico, juntamente com o milho híbrido, os adubos e os venenos que eram testados nos projetos dos sócios dos Clubes 4-S. Para tanto, cada clube tinha um espaço específico para realização de experiências, os chamados “campinhos do aluno”.

Essa metodologia demonstra o papel dos clubes em treinar os seus integrantes no uso de toda a parafernália que fazia parte do pacote. O trator era o carro-chefe desse processo. É muito comum encontrar textos, manchetes e peças publicitários em jornais de circulação local exaltando esse equipamento e afirmando que era a peça chave para a superação da rotina e do atraso. Isso é verificável no cartaz afixado no trator presente na fotografia 2 acima, nele está escrito: “Para progredir mecanize sua lavoura com o trator Massey Ferguson”. Assim, esses eventos eram espaços privilegiados para o convencimento das populações rurais sobre a positividade dos processos então em curso, para atraí-los ao universo da modernização. Eram momentos em que os problemas decorrentes desses

processos eram silenciados. Além disso, sua repercussão era ampla e escamoteava o ato de seu acontecimento. Depois de encerrados, ainda eram repercutidos e exaltados na imprensa local, escrita e rádio transmitida, por muito tempo:

O desfile de ontem, o desfile da mocidade.  
[...] Aplaudimos a representação dos Clubes 4-S, as firmas com a venda de máquinas e implementos agrícolas, e indústrias de Mal. Cândido Rondon que fizeram a demonstração de seus produtos com a maior satisfação. Alguns colonos, que dentro do pelotão dos 4-S, trouxeram suas máquinas e demonstraram com satisfação ao público presente (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Vol. 07. Marechal C. Rondon, 1969).

Outros itens do pacote tecnológico, como o milho híbrido da Agroceres, foram amplamente divulgados nas exposições e nas atividades corriqueiras dos clubes. Segundo, Tércio José Gerhardt, proprietário rural, residente no Município de Santa Helena-PR, antigo sócio dos Clubes 4-S do distrito de Novo Três Passos-PR, a metodologia era a seguinte:

Plantava-se o milho, escolhia-se as melhores espigas, a Acarpa trazia para a exposição, para os que participavam da exposição uma tábua. Uma tabuinha mais ou menos de meio metro, de trinta ou quarenta centímetros, com alguns pregos. Daí a gente colocava as espigas de milhos cravadas, descascadas, pra demonstrar quais eram as mais bonitas espigas. A mais bonita era escolhida. Inclusive, teve ainda participação na festa do município. Os Clubes 4-S apresentavam o resultado do seu trabalho. A Acarpa desenvolveu e incentivou bastante isso daí. A Acarpa ajudou e implantou e os Clubes 4-S foram um elo de desenvolvimento entre o colono e a agricultura moderna hoje. Talvez um pontinho um inicial pra isso (GERHARDT, 2014).

A Acarpa fornecia aos jovens quatroessistas sementes melhoradas, a grande maioria doada pela Agroceres, forneciam adubos para os jovens,

sem custo, para poder produzir nos “campinhos de experimentações” (GERHARDT, 2014). Segundo Souza (2003, p.145), os sócios 4-S, recebiam não só adubos, como sementes e calcários de empresas renomadas do ramo agroindustrial. Trata-se de outra estratégia utilizada pela extensão rural, o uso da filantropia para apresentar-se como uma face humana da modernização diante das comunidades. Ou seja, eram estratégias que fizeram parte do arsenal para incorporação do projeto. Inclusive “divulgar, ensinar, ou formar opinião” (GRUPOS E CLUBES, ABCAR, 1962).

Em síntese, pelo desenvolvimento deste tipo de atividades, somadas aquelas que eram corriqueiras, os Clubes 4-S engendraram uma metodologia da extensão rural que repercutiu muito diretamente na vida dos envolvidos. Assim, tais clubes atuaram no sentido de transformar a produção agrícola, via formação de “agricultores” e por meio da introdução de novas culturas, técnicas de cultivo, manuseio do solo, e orientação sanitária e alimentar no contexto da consolidação da “Revolução Verde” no Brasil.

A dinâmica desses Clubes também foi marcada pelos encontros regionais, estaduais, interestaduais e nacionais, onde aconteciam concursos de produtividade, exposições, convenções, gincanas, demonstração de resultados, palestras e divulgação filmica. Durante os concursos, os selecionados eram geralmente os sócios, líderes dos Clubes de jovens 4-S, ativos na divulgação e implementação das técnicas, tecnologias e insumos agrícolas. Parte da estratégia era premiar os mais produtivos, os competitivos que conseguiram maior produtividade durante as experimentações.

Portanto, o projeto da modernização adotou diferentes métodos na busca de alcançar eficácia em seus objetivos. Um deles foi o da extensão rural, cujo objetivo era propiciar meios para que o projeto fosse bem recebido entre as populações rurais. Dentro da extensão rural, a atuação dos Clubes 4-S foi paradigmática, pois buscava atuar mais diretamente entre os “jovens rurais” na perspectiva de usá-los como ponto para chegar aos “adultos”, isto é, aqueles que gerenciavam as unidades produtivas rurais. Além disso, buscavam expandir uma determinada visão de mundo sobre o universo rural, de relação com a terra, com a propriedade, com o mercado e com o trabalho.

Tudo isso foi executado, como buscamos demonstrar, por meio da articulação entre associações privadas, empresas nacionais e multinacionais, bancos, “cooperativas”, Estado, suas agências e instâncias (nacional, estadual, municipal). Daí a força desse projeto e sua capacidade em promover processos que alteraram alguns aspectos da realidade agrária brasileira. Contudo, isso fez sem modificar muito diretamente a estrutura fundiária tal qual tinha sido desenhada desde a chegada dos conquistadores europeus. Em suma, o latifúndio continuou dominando a paisagem rural brasileira mesmo depois da modernização ou, para ser mais preciso, muito diretamente devido a ela, pois a partir de então passou a ser chamado de empresa rural e, mais recentemente, a conformar o universo do atualmente chamado “agronegócio”.

## **Considerações finais**

A modernização da agricultura – mecanização e tecnificação - provocou transformações mediadas pelos interesses dos grupos dominantes. Podemos elencar a monocultura, o desestímulo e abandono de várias culturas de subsistência, a expropriação de numerosos contingentes populacionais, a expropriação de saberes tradicionais e residuais, a produção da marginalização, o processo crescente de migrações do campo para a cidade. Ao mesmo tempo, consolidou-se o complexo agroindustrial e a crescente submissão dos países periféricos e suas respectivas populações de trabalhadores às corporações transnacionais. A cooptação de pessoas, setores, grupos, associações, segmentos da sociedade dos países dependentes fizeram e fazem parte das ações dos empreendimentos do projeto agrícola hegemônico.

A sanha empresarial nacional - atrelada ao grande capital internacional - pela ampliação do mercado consumidor de insumos e maquinários, foi amplamente privilegiada e contemplada pelo Estado brasileiro – entendido enquanto espaço de luta de classes e onde se efetivam os interesses da burguesia. O setor empresarial elaborou estratégias de atuação cujo interesse foi centrado na acomodação do projeto da “Revolução Verde”, no contexto dos pós Segunda Guerra Mundial, conforme as premissas da Aliança para o Progresso e o projeto da modernização sem a efetiva transformação da estrutura agrária.

Os planos de governo com relação ao referido projeto se apresentaram mais efetivos durante a ditadura e se orientaram pela integração ao jogo especulativo das multinacionais oriundas de países economicamente dominantes, com uma aura “desenvolvimentista”, portanto, para a implementação da modernização no setor agrário. Sua

principal característica foi à adesão ao plano de desenvolvimento econômico desigual e combinado ao capital externo. Segundo Octavio Ianni, o desigual e combinado se conformou pelas diversidades e desigualdades regionais, diversas formas de organização do trabalho, e várias maneiras de integração à economia de mercado, além de articular-se nacional e internacionalmente. Portanto, cada região se articulou com a outra em termos de fluxos de capital, tecnologia e força de trabalho, mercadorias, pessoas e ideias (IANNI, 2004).

Embora as agências e agentes do processo de modernização tenham atuado para dirimir qualquer forma de resistência pela aplicação de diversas metodologias de trabalho – neste texto abordamos mais detidamente uma delas, a extensão rural via atuação dos Clubes 4S –, as resistências a esse processo foram muitas. O projeto de modernização da agricultura se deparou com o entrave das oposições camponesas, como as resistências coletivas, mas também, com a estratégia da “resistência cotidiana”, as quais, como destacamos ao longo desse artigo, têm se demonstrando historicamente muito eficientes nas lutas sociais e políticas em que os grupos camponeses estão envolvidos (Ver: SCOTT, 2013). Mesmo que não tenha sido possível aprofundar as análises sobre essas resistências e seus significados no contexto deste artigo, fica o registro importante de que elas se situam nos espaços de interações que, entre outras coisas, rejeitam as expropriações e as imposições da racionalização capitalista. Mobilizam menos poder e força que as estratégias dominantes, contudo, não deixam de ser eficientes e importantes para seus portadores.

## Referências bibliográficas

ABROMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007.

ADAMY, I. S. **Terra, poder e cooperativismo no oeste do Paraná: o caso da COOPAVEL**. Marechal Cândido Rondon: Programa de Pós-graduação em História da Unioeste, 2019. Tese (Doutorado em História).

ALVES, C. T. **A Revolução Verde na Mesorregião Noroeste do RS (1930-1970)**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.

ARAPIRACA, J. O. **A USAID e a Educação Brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

BRUM, A. J. **“Modernização” da agricultura: trigo e soja**. Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul: Vozes, 1988.

COSTA, L. B. da. **A cidade do Rio Grande ao longo da década de 1970: Desenvolvimento econômico, vigilância e repressão em Área de Segurança Nacional**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

GABLER, L. **A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

GOMES, L. R. **“Progredir sempre”**: Os jovens rurais mineiros nos Clubes 4-S: Saber, Sentir, Saúde, Servir. (1952-1974). Dissertação de mestrado em Educação pela UFMG. Minas Gerais, 2013.

KOLING, P. J. **Sociedade e Política em Marechal Cândido Rondon**. Artigo disponível no site: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/download/1237/1024>

LINHARES, M. Y. L.; TEIXEIRA, F. C. **História da Agricultura Brasileira – Debates e Controvérsias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.



MEDEIROS, L. S. O Regime Empresarial-militar e a Questão Agrária no Brasil. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil Republicano**. V. IV. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

MENDONÇA, S. R. de. **Estado e Educação Rural no Brasil**: Alguns Escritos. Niterói/ Rio de Janeiro: Vício de leitura/FAPERJ. 2007.

\_\_\_\_\_. **Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil**. História Unisinos. v. 14, n. 2. São Leopoldo, RS. Disponível em: C:/Users/marqu/Downloads/4718-15399-1-SM.pdf acesso em 28/04/2020.

\_\_\_\_\_. **Agronomia e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MOTTA, M.; MENDONÇA, S. R. de. Modernização da agricultura. In: MOTTA, M. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 305-309.

MOTTA, R. P. S. **Modernizando a repressão**: a USAID e a polícia brasileira. Rev. Bras. Hist. vol.30 no.59. São Paulo, 2010.

NETO, W. G. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980). São Paulo: Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, P. C. **Extensão Rural e Interesses Patronais no Brasil**: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974). Dissertação de Mestrado em História pela UFF, Niterói, 2013.

SANTOMAURO, F. **A Atuação Política da Agência de Informações dos Estados Unidos no Brasil (1953-1964)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

SCHLOSSER, M. T. (2005). **Rádio, consensos e dissensos**: o reverso do discurso e a crise da especialização agrícola (extremo Oeste do Paraná 1980-2000). Presidente Prudente.

SCOTT, J. C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SILVA, C. M. da. **Saber, Sentir, Servir e Saúde: A Construção do Novo Jovem Rural nos Clubes 4-S, Sc (1970-1985)**. Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. Disponível no site:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/83610/189082.pdf?sequence=1>

\_\_\_\_\_. Nelson Rockefeller, a Associação Americana Internacional (AIA) e a ideologia da “modernização” em busca de novas fronteiras (1946-1961). **Tempos Históricos**, v. 17, 1º Semestre 2013, pp. 171-184.

SILVA, J. F. G. da (Coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SAMANIOTTO, M. A. **A modernização conservadora na microrregião Oeste do Paraná (1964-1979)**. Dourados: Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Dourados, 2016. (Tese de Doutorado).

SOUZA, S. de F. **Tradição x modernização no processo produtivo rural: os Clubes 4-S em Passo Fundo (1950-1980)**. Rio Grande do Sul, 2003.

STEDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

WOLFART, C. **“O Novo já Nasce Velho”**: os Clubes 4-S e a modernização da agricultura no Oeste do Paraná (1950-1980). Marechal Cândido Rondon: Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2017. (Dissertação de Mestrado).

### **Fontes:**

ACARPA. **Relatório de Atividades da Acarpa (1965)**. Curitiba, 1965.

ANUÁRIO FORD MOTOR COMPANY, Vol II, 1962.

ENTREVISTA: Tércio José Gerhardt. Cintia Wolfart. 03/2014.

MANUAL: GRUPOS E CLUBES, ABCAR, Pelotas, 1962.